

“Úrsula”: Possíveis Contributos para o Enfrentamento da Visão Consolidada de “Escravidão Benigna” e dos seus Consectários para o Brasil no Tempo Presente

**“ÚRSULA”: POSSÍVEIS CONTRIBUTOS PARA O
ENFRENTAMENTO DA VISÃO CONSOLIDADA DE
“ESCRAVIDÃO BENIGNA” E DOS SEUS CONSECTÁRIOS
PARA O BRASIL NO TEMPO PRESENTE**

**“ÚRSULA”: POSSIBLE CONTRIBUTIONS TO
FACING THE CONSOLIDATED VISION OF “
BENIGNA SLAVERY” AND ITS CONSEQUENCES
FOR BRAZIL IN THE PRESENT TIME**

Isabelle Maria Campos Vasconcelos Chehab

Pós-doutoranda e Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás (PPGDA/UFG). Bolsista PNPd/CAPES. Doutora e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Membro e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Gênero da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (CMA/GO). Advogada.

E-mail: ivchehab@gmail.com.

Victor Hugo Agapito

Mestrando em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás (PPGDA/UFG). Pós-graduando em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho pelo Centro Universitário de Goiás - Uni Anhanguera Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Goiás Uni-Anhanguera. Advogado.

E-mail: victorklavier@hotmail.com

Resumo

Úrsula, obra de autoria de Maria Firmina dos Reis, publicada na então província do Maranhão, em 1859, foi o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher negra e nordestina no Brasil. Não apenas isso: foi, igualmente, a primeira obra brasileira responsável por garantir voz às vítimas da escravidão e às suas dores – individuais e coletivas. Apesar da sua relevância histórica e social, *Úrsula*

permaneceu no ostracismo até 1962, quando foi redescoberta pelo bibliógrafo Horácio de Almeida. O artigo assume como objetivo central analisar, por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental, de cunho interseccional, os possíveis contributos de *Úrsula* para uma viragem epistemológica sobre a ideia da “escravidão benigna” e os seus conseqüências para o Brasil. Nesse sentido, o primeiro tópico apresenta um contexto conceitual e histórico da obra. Já o segundo comenta sobre as inovações decorrentes de *Úrsula*, com destaque para o reconhecimento das vozes costumeiramente subalternizadas pelo sistema escravocrata, trazendo relevo às suas dores – individuais e coletivas, sobretudo, no que concerne às mulheres. Por derradeiro, o terceiro discute os possíveis contributos de *Úrsula* para uma nova perspectiva em torno da escravidão no Brasil, assim como sobre as vis permanências do nosso passado escravocrata no tempo presente.

Palavras-chave: *Úrsula*. Escravidão. Patriarcado. Mulheres. Brasil.

Abstract

Úrsula, authored by Maria Firmina dos Reis (1822-1917), published in the province of Maranhão, in 1859, was the first abolitionist novel written by a Northeastern black woman in Brazil. Not only that, it was also the first Brazilian book responsible for giving voice to the victims of slavery and their pains – individual and collective. Despite its historical and social relevance, *Úrsula* remained ostracized until 1962, when it was founded by the bibliographer Horácio de Almeida. The main objective of this article is to analyze, through bibliographic and documentary research, the possible contributions of *Úrsula* to an epistemological turn on slavery and its consequences in Brazil. In this way, the first topic presents a conceptual and historical context of the work. The second comments on the innovations resulting from *Úrsula*, highlighting the visibility of the multiple violence of slavery, the recognition of the voices of its victims and the consideration of their pains – individual and collective, especially with regard to women. Finally, the third discusses the possible contribution of *Úrsula* to a new perspective on slavery in Brazil, as well as on the evil permanences of our present-day slaveocratic past.

Keywords: *Úrsula*. Slavery. Patriarchy. Women. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Maria Firmina dos Reis foi uma mulher que, ao seu modo e com as ferramentas que possuía, desafiou a ordem posta pela sociedade escravocrata, patriarcal e misógina brasileira do século XIX. Nascida, provavelmente, aos 11 de março de 1822, na então província do Maranhão, situada entre as regiões Norte e Nordeste do país, onde foi registrada uma das mais altas concentrações de escravos, que alcançou, somente naquele ano, cerca de 56% da sua população. Era negra, filha de escravos alforriados, os quais não eram casados entre si, e dotada de poucas posses, foi obrigada a suportar, desde sempre, um triplo viés de exclusão relacionado à sua raça, origem social e condição feminina.

Embora fugindo à regra geral de instrução dos negros no Brasil, que, na sua ampla maioria, quase 90%, era obstaculizada formalmente de frequentar a escola e aprender aspectos rudimentares da leitura e da escrita, e gozando de uma formação disciplinada em escolas públicas do município de São José dos Guimarães, também no Maranhão, Maria Firmina dos Reis foi, por diversas vezes, objeto de descrédito e questionamento por seus conterrâneos. Tais afrontas, somadas aos preconceitos sociais e raciais da aristocracia, podem ter de algum modo colaborado para a construção da sua personalidade introvertida e melancólica, contudo, não lhes impediram de edificar uma carreira longa como professora de "primeiras letras", a partir de 1849-1850, e gozar de respeito entre o seu alunado, dentre outros motivos, pelo seu comprometimento com a educação primária, o que lhe motivou, inclusive, a fundar, pessoalmente, uma das primeiras escolas mistas e gratuitas do Maranhão nos idos de 1880.

Nesse contexto e sob tais influências, Firmina dos Reis escreveu o romance *Úrsula*, publicado, possivelmente, no ano de 1859, pela Tipografia de Belarmino de Mattos, no Maranhão. Com conotações e figuras de linguagem ultrarromânticas próprias da sua época, o livro, entretanto, inova ao dar voz aos escravizados, expor analiticamente a condição de subalternização das mulheres e criticar – direta e

indiretamente – o modelo de exploração física, econômica e social decorrente da escravidão. À época, a sua recepção entre os pares foi tímida, o que não parece ter causado qualquer espécie à autora – infelizmente, acostumada com as reações desdenhosas das rodas privilegiadas –, de modo que, a despeito de intentar algum reconhecimento, sabia dos obstáculos sistêmicos a que era submetida, e, por isso, persistiu escrevendo romances, poemas e contos para os jornais e periódicos de circulação local, entendendo aquela lida também como uma espécie de resistência ao preconceito aristocrático.

A redescoberta de *Úrsula* somente se deu em 1962, quando, entre um calhamaço de papéis, um exemplar original, assinado enigmaticamente com o pseudônimo “uma maranhense”, foi encontrado pelo bibliógrafo carioca Horácio de Almeida, impingindo-lhe não somente curiosidade, mas igualmente surpresa acerca da magnitude daquela obra e autora desconhecidas. A partir de então, o livro rendeu diversos estudos sobre o seu teor e angariou uma progressiva notoriedade, entre literatos e pesquisadores afins, especialmente a partir da segunda metade da década de 70 do século XX.

O presente artigo assume como objetivo central analisar os possíveis contributos de *Úrsula* para uma viragem epistemológica sobre a recalcitrante ideia de “escravidão benigna” e os seus conseqüências no Brasil. Nesse sentido, o primeiro tópico apresenta um contexto conceitual e histórico da obra. Já o segundo comenta sobre as inovações decorrentes de *Úrsula*, com destaque para o reconhecimento das vozes costumeiramente subalternizadas pelo sistema escravocrata, trazendo relevo às suas dores – individuais e coletivas, sobretudo no que concerne às mulheres. Por derradeiro, o terceiro discute os possíveis contributos de *Úrsula* para uma nova perspectiva em torno da escravidão no Brasil, assim como sobre as vis permanências do nosso passado escravocrata no tempo presente.

No que tange à metodologia, aclara-se que esta pesquisa é dotada de caráter bibliográfico interdisciplinar, à medida que se permeou o Direito, a Literatura, a Sociologia e a História. Também, registra-se o seu cunho documental, em razão da análise de documentos e normativas oriundos daquele período histórico. De

igual modo, deve ser entendida como pesquisa aplicada, de natureza interseccional, considerando o seu intuito de colaborar, por meio dos dados aqui reunidos, para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e plural. Ademais, trata-se de ensaio eminentemente qualitativo, dada a sua perspectiva de buscar compreender o contexto do objeto investigado, consoante será adiante explicitado.

2 CONTEXTO CONCEITUAL E HISTÓRICO DA OBRA

Úrsula é fruto do seu tempo - e dos seus contratempos. Tal obra veio ao mundo por meio da escrita corajosa de uma mulher, que, apesar de todos os seus dons e cabedal técnico, foi subalternizada, quando não invisibilizada, como era comum às mulheres daquela época, inclusive, por ação própria ou capitaneada pelos "homens de sua vida", ou seja, por seus pais, maridos, irmãos, filhos e assemelhados. No Brasil colonial de *Úrsula*, as mulheres eram tidas como meros apêndices de uma sociedade projetada, organizada e determinada pelas regras e costumes dos homens, quais sejam, brancos e, principalmente, latifundiários.

Habitualmente, mulheres não apareciam em público, exceto em ocasiões especiais ou em eventos religiosos, não tinham contatos frequentes com estranhos aos laços familiares nem deveriam ser dadas a travar diálogos – sobretudo, se desacompanhadas - com homens (REZZUTTI, 2018, p. 79). Ademais, naquela quadra, as mulheres, inclusive as de classes mais abastadas, eram pouco letradas e estimuladas ao estudo formal, a saber:

Grande parte não sabia nem ler e nem escrever, e as que sabiam, não sabiam tanto. Outro ditado, esse, digamos, um pouco mais liberal que o anterior, dizia: uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mas do que isso seria um perigo para o lar. (REZZUTTI, 2018, p. 79)

Nesse diapasão, *Úrsula* se constituiu como o primeiro romance da lavra de uma mulher negra – e nordestina - no Brasil. Não há precedente histórico para

tal. Até então, nenhuma mulher negra havia conseguido chegar tão longe. De fato, naquela época, a saber, entre o início e a metade do século XIX, às mulheres, principalmente, se negras, em regra, não era franqueada a fala. Não porque elas não queriam ou não soubessem o que falar, mas porque não lhes era permitido pelos seus “senhores”. Mulheres negras eram entendidas, majoritariamente, como objetos de exploração física e/ou sexual (SCHWARCZ, 2019, p. 190). Algumas, desde os seus sequestros das suas terras de origem e, posterior escravização no Brasil, eram, tristemente, separadas para lavoura ou para reprodução. É dizer: muitas das escravas serviam como meras reprodutoras de/para mão de obra escrava dos latifúndios brasileiros (REZZUTTI, 2018, p. 48). Não eram reconhecidas enquanto seres humanos, dotadas de voz e vontade próprias. Para os “senhores”, tudo relacionado aos escravos era reificado, inclusive, os seus corpos, particularmente, no que concerne às mulheres (RIBEIRO, 2017, p. 47).

Nessa toada, era quase impossível imaginar que uma mulher negra e descendente de escravos alforriados, tal qual Maria Firmina dos Reis, pudesse ter qualquer direcionamento para as letras. Repisa-se: não porque não quisesse nem tivesse talento genuíno para tal, mas porque as estruturas da escravidão, que não eram apenas econômicas e físicas, mas também culturais, não costumavam permitir a “ousadia” do rompimento para com os seus grilhões históricos (SCHWARCZ, 2019, p. 27-28).

Sob esse prisma, *Úrsula* deve ser compreendida como uma exceção à vasta regra de exclusão de mulheres, negras e periféricas. Firmina dos Reis enfrentou um sistema robusto e sofisticado contra ela. Aqui não se fala de uma mera querela, mas de toda uma estrutura organizacional pautada na violência física, simbólica e social em face dos que não lhe pertenciam ou que não lhe eram assemelhados. Alguns autores reputam tal modelo à autopreservação do sistema latifundiário e escravagista brasileiro. Outros entendem que essa era uma tentativa de introjeção aristocrática para fins de apartação e estratificação social em solos nacionais.

Independentemente das suas razões, o fato é que a perseverança de Maria Firmina dos Reis, ao firmar-se nos estudos, trilhar e sedimentar uma

carreira de professora e, ainda, ousar escrever um romance de monta que acolhe sentimentos e vocaliza as reflexões dos escravizados, expõe claramente a situação de subalternização das mulheres, o que inclui as de ordens aristocráticas, e critica – direta e indiretamente - o modelo de exploração física, econômica e social decorrente da escravidão, já merece, por si, relevo e uma análise mais acurada.

Primeiramente, porque, a partir de então, em particular, após a redescoberta da obra, a literatura passa a direcionar um novo olhar sobre a ideia da “escravidão benigna”, a saber: a falsa pretensão de que todos os escravos eram submissos aos seus “senhores” e assumiam aquela condição de bom (“omisso”) grado, ou, no mínimo, subserviente. Com o advento dos diálogos e das reflexões estabelecidos, por meio de *Úrsula*, clarifica-se que os sujeitos alvos da escravidão não só refletiam e questionavam aquela condição, como se insurgiam, física e simbolicamente, enquanto tais. Não é correto, tampouco verdadeiro, falar de uma “escravidão benigna”, porque dotada de algum viés afetivo entre senhores e escravos. Pelo contrário. *Úrsula*, pela primeira vez na literatura brasileira, traz a lume a dor, a voz e a vida nos entremeios da escravidão, que jamais se renderam, apesar de virulentamente capitaneadas pelos senhores da terra brasileiros.

Em segundo lugar, *Úrsula* promove um destaque incomum à vida, às lutas e aos anseios das personagens femininas, as quais serão tratadas detalhadamente no tópico seguinte. Em linhas gerais, entretanto, para este tópico, pode-se afirmar que as personagens urdidas por Maria Firmina dos Reis são aparentemente simples, mas, de fato, dotadas de uma natureza extremamente complexa. *Úrsula*, por exemplo, parece ser, apenas, mais uma protagonista fleumática e envolta nas angústias do seu redor e íntimas - comuns às obras ultrarromânticas da época. Contudo, no curso do livro, apresenta-se como o fio de um longo novelo e, simultaneamente, consectária das angústias e contradições da sua família, como também alvo e produto das codificações e preconceitos sociais do seu tempo. Mais: a *Úrsula* construída por Firmina dos Reis não se limita à toada de um jovem que se vê angustiada pela sua sorte e de sua mãe, mas é igualmente uma mulher que se coloca em face às próprias ameaças da sua vida e do seu destino, a lembrar do diálogo firme que

travou com o seu tio, o Comendador Fernando P, mesmo que sozinha e em lugar ermo (REIS, 2018, p. 128-129), portanto, fora dos padrões e dos pseudoplanteis de segurança coloniais e, ao final da obra, da sua entrega à loucura, como uma espécie de sintoma da sua resistência às iniquidades e ao sentimento doentio promovidos pelo mesmo em seu desfavor. Ainda, convém explicitar que *Úrsula* é alguém que, a despeito do seu isolamento social, ou talvez exatamente por isso, como uma espécie de espelho da história de vida da própria Maria Firmina dos Reis, reflete profundamente, a partir das suas circunstâncias pessoais, sobre as injustiças e violências do sistema então vigente, o que resta claro ao relatar a sua história intrafamiliar, de vinganças, opressões, dores e disputas de poder, ao seu dileto Tancredo.

Em terceiro lugar, *Úrsula* expõe, sem receio, as violências e as opressões do sistema escravocrata brasileiro. Relata sobre a diáspora, sua extensão, dor e malefícios. Confirma as crueldades do tráfico, provocando a apartação de famílias, de histórias e vidas (REIS, 2018, p. 120). Esclarece que as vilanias, de toda sorte, inclusive, em face de idosos, tal qual ocorreu com mãe Susana, escrava da casa de *Úrsula* que foi acusada de acobertar a fuga da jovem protagonista e, por capricho do Comendador F., destinada à masmorra e morte, eram a regra do sistema (REIS, 2018, p. 178-201). Por semelhante modo, aponta como as relações eram travadas e, costumeiramente, alvo e projeteis de desgraças físicas e emocionais, o que inclui pessoas de todas as classes sociais, a exemplo da vida doente protagonizada pela mãe de Tancredo. Entretanto, indubitavelmente, as existências se tornavam mais dolorosas, quando marcadas pela questão da raça, imersas e tomadas pela escravidão, porque diretamente subordinadas a um sistema de exclusão, opressão e desrespeito para com o ser humano.

Deve ser reforçado aqui, ainda, que as mulheres de antanho foram e, em alguma medida, permanecem sendo, nos tempos presentes, submetidas a uma tripla opressão decorrente de questões vinculadas à raça, classe e gênero. Após uma análise acurada da narrativa, dos diálogos, dos personagens e dos seus perfis psicossociais tratados em *Úrsula*, verifica-se que ali havia uma opressão

deliberadamente direcionada às mulheres, especialmente se negras, sobretudo cativas, e/ou pobres, porque não acolhidas pela classe aristocrática nem respaldadas pelos seus direitos e privilégios. A grande questão que se coloca é como tal sistema tão vil de apartação e opressão conseguiu lograr êxito ao se constituir como uma das pedras fundamentais da/na sociedade colonial brasileira e, de certo modo, alcançar amplo acolhimento, juntamente com os seus consectários, pelas gerações seguintes, o que será tratado, gradualmente, nos tópicos adiante dissertados.

3 AS VOZES DOS SUBALTERNIZADOS EM ÚRSULA

Por intermédio de diversas leituras sobre a condição da mulher e a construção da sua identidade no sentido que Hall¹ teoriza, é possível constatar que, por muito tempo, ela esteve coibida num contexto de dominação masculina e patriarcal que perduram, inclusive, até os dias de hoje. No século XIX em questão, mais mulheres, principalmente em decorrência dos seus papéis oriundos do estigma da maternidade, se viam coagidas à reclusão, exercendo atividades exclusivamente domésticas e em condição de subalternidade. Esse é um dos motivos, senão o principal, de, por exemplo, a produção literária assinada por mulheres durante o período em questão ser tão escasso. Isso porque, muitos nomes femininos acabaram

1 Stuart Hall, na sua obra “A identidade cultural na pós modernidade” explica que a identidade é algo que este em constante processo de construção. Ou seja, não existe um conceito do que é, mas sim do que se constrói através das diversas experiências sociais pelas quais o indivíduo passa no decorrer de sua vida, de tal modo que “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. As partes “femininas” do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros”. (HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11a. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011. p. 38)

por permanecer ofuscados pelo próprio domínio do homem nesse campo, não sendo sequer descobertos, e, conseqüentemente, caindo no poço do esquecimento e do desconhecido.

O romance *Úrsula*, objeto de análise do presente artigo, é seguramente uma exceção à regra, por meio do qual às personagens femininas, Mãe Susana, *Úrsula*, Adelaide e Mãe Luísa, é dada a chance de se expressar com vozes particulares e autonomia dentro de uma sociedade que, até o presente momento, sequer cogitava esse tipo de manifestação ou posicionamento advindo desses sujeitos. Sendo assim, com a publicação de *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis tenta chamar a atenção de uma sociedade estagnada cuja estrutura fora cristalizada sob os moldes do patriarcado, a fim de romper com esses parâmetros de exclusão e propor um discurso incomum que valorizasse, pela primeira vez, o ponto de vista de personagens pertencentes ao gênero feminino e às classes sociais subalternizadas.

Outro aspecto muito latente na obra, que é de importante reflexão, diz respeito à questão racial, principalmente ao tom abolicionista, apesar de não o ser em caráter prescritivo, ali ele está seguramente apresentado. É possível notá-lo na figura do negro, quando representado em *Úrsula*, por meio de uma visão bastante distinta das demais obras que o retratam, isso porque aqui ele representa a figura da resistência, dotado de autonomia; seja pelo seu discurso, pelo seu pensamento ou pelas suas próprias atitudes no desenrolar da trama. Até então, a literatura também muito refletia o caráter escravocrata da sociedade, de modo que o negro, quando não omitido, aparecia sempre como personagem dotado de características estereotipadas voltadas à sensualidade, à luxúria, à marginalidade, comportamento bestial ou submissão ao senhor branco. Enquanto isso, Maria Firmina dos Reis nos apresenta o sujeito negro como um ser que apenas se adapta à posição que lhe foi imposta, mas que de modo algum é apático ao pretense poder do seu senhor: o negro escravo resiste – refletindo e firmando posição contra aquele sistema de violência e apartação social.

Posto isso, a primeira consideração a se fazer é que o romance de Maria Firmina dos Reis em questão é escrito nos conformes de um folhetim do século

XIX. Já logo de início fica explícito o seu recorte temático e cultural, quando a autora comenta que: “pouco vale esse romance, porque escrito por mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens lustrados (REIS, 2004, p. 13). Apesar de primeiramente se tratar apenas de uma declaração de modéstia, já aqui muito é revelado sobre o teor da obra, isso porque essa fala é um indicativo inequívoco do valor e credibilidade que eram dados ao produzido pelas mulheres. E mais, mostra também que é desse lugar, mediano e mais próximo da pobreza do que da nobreza, que Firmina levanta corajosamente sua voz, no que chama de “mesquinho e humilde livro”, para denunciar as questões de seu tempo e de sua realidade. Isso porque, mesmo ciente do “indiferentismo glacial de uns” e do “riso mofador de outros”, insiste, e ainda assim o dá a lume.

Apesar de as protagonistas do romance serem brancas, os personagens secundários negros são de bastante significação e importância para a trama, uma vez que é por meio deles que todas as questões interdisciplinares, para além do mero desenrolar do enredo, são desenvolvidas. São essas personagens que tornam o romance um instrumento de denúncia da desigualdade e um canal de expressão da resignação e da revolta:

Estas últimas palavras despertaram no coração da velha escrava uma recordação dolorosa; soltou um gemido magoado, curvou a fronte para a terra, e com ambas as mãos cobriu os olhos.

Túlio olhou-a com interesse; começava a compreender lhe os pensamentos.

-Não se aflija – disse – Para que essas lágrimas? Ah! Perdoe-me, eu despertei-lhe uma ideia bem triste! (REIS, 2018, p. 120)

Outro exemplo manifesto do discurso antiescravagista trazido na obra está nas observações que o narrador faz sobre o escravo Túlio, que acode o jovem branco Tancredo logo no início: já sua primeira aparição, o personagem Tulio apresenta uma perspectiva diferente sobre a representação e o choque étnico na narrativa. Isso porque, mesmo odiosa, a escravidão não mata a sensibilidade do jovem negro.

Assim a autora encontra um meio de criticar e denunciar a escravidão, ao mesmo tempo que não agride as convicções dos seus leitores. A figura de Túlio, então se apresenta como uma vítima, e não como um carrasco ou insurgente. Sua revolta é silenciosa e não confronta os poderes dominantes. Tem um comportamento muitas vezes pautado sobre os valores equivalentes aos cristãos, que são utilizados estrategicamente pela autora, de forma a facilitar a disseminação de suas ideias dentro das “casas grandes”, conforme o seguinte trecho:

Senhor Deus! quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo – e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?! E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista (REIS, 2018, p. 52).

Mais um exemplo robusto e importante do discurso antiescravagista presente na obra é o capítulo dedicado à Preta Susana, uma negra trazida à força da África para ser escravizada no Brasil: a autora não só dá voz em primeira pessoa à personagem, como revive, a partir de sua memória, todo seu processo de perda de identidade, de maneira bastante sensível e exaltando a sua condição humana:

Vou contar-te o meu cativeiro. Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o mendubim eram em abundância nas nossas roças. Era um destes dias em que a natureza parece entregar-se toda a brados folgares, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la [...] (REIS, 2018, p. 121)

A passagem é forte e de imensa significância, porque, ao personificar em Suzana o sentimento africano, raptado de sua terra de origem, Maria Firmina rompe com tudo o que já havia sido feito na literatura até então. Ademais, à Susana não só é dada condição de humanidade, mas, por meio de sua própria voz, é denunciada a tirania por parte dos colonizadores, a objetificação e bestialização do povo negro, que é raptado de suas terras para servir aos senhores das terras brasileiras. É pela voz de Susana, também, que Maria Firmina lembra aos leitores que os negros escravizados são humanos, dotados de dignidade e, na sequência, denuncia o quão brutal e desumana é a transformação desse negro livre em cativo, seja pela captura na sua terra natal, pela tormenta da viagem ou pela sua degradação e tentativa por parte dos seus “senhores” de transformá-los em animais irracionais que precisam ser domados.

Dessa maneira, a personagem Susana se torna um elo vivo entre a memória da ancestralidade negra africana e a atual condição de escravidão e subordinação. Eis aqui, através de uma mulher, a voz da verdade histórica, responsável por pontuar ações que preparam quem a lê para o desfecho da narrativa e por introduzir, através da crítica literária, uma reflexão sobre a escravidão e as relações de poder presentes na sociedade da época, colocando em xeque uma concepção histórica, até então, etnocêntrica e patriarcal.

Por fim, a protagonista, Úrsula, se mostra como uma personagem de bom caráter, sempre preocupada com a família, benevolente e caridosa que se vê apaixonada pelo forasteiro branco Tancredo. No romance, Úrsula é retratada como uma típica heroína de sentimentos sempre profundos. Assim, passa ao leitor a imagem de afetividade e, às vezes, ingenuidade da personagem. Não apenas isso: ela própria era o reflexo - e a consequência - dos preconceitos da sociedade escravocrata brasileira, inclusive, para com os seus próprios pares, que, por algum motivo, inclusive alheios à sua vontade, tal qual o caso de Úrsula, não cumprissem com os parâmetros sociais e econômicos rigidamente observados e exigidos para uma mínima aceitação de convivência entre os ali (auto)reconhecidos como de “casta superior”.

Nesse contexto, *Úrsula* é um romance marcado por desilusões, desencontros, decepções e maus desfechos. Um dos seus principais diferenciais é o seu final que, destoando muito do usual para o período e estilo ao qual pertence, culmina numa resolução infeliz e trágica, onde o romance central é desfeito, a protagonista morre e não acontece um final feliz tão esperado nas narrativas românticas, de maneira que a sua receptividade pelo público feminino, principalmente, que era seu principal alvo, seria bastante diferente: uma construção, no mínimo, irônica, sob a perspectiva dos valores culturais do Brasil Colônia, como preceitua Nascimento:

1º- devido a consciência da autora (manifestada no prólogo do livro) de ser sua obra recebida como menor pelos homens letrados do século XIX, e, mesmo assim trazê-lo a lume; 2º- por construir de maneira excepcional a persuasão da mulher sobre sua própria condição submissa, radicalizando a naturalização dos papéis femininos (ROCHA-COUTINHO: 1994, p. 39) para torna-los visíveis enquanto movimentação narrativa e características das personagens mulheres; 3º- por fazer com que o negro seja humanizado e sujeito do seu próprio pensar, sendo parte fundamental da trama narrativa através da articulação dos acontecimentos e pela própria fala. (2009, p. 15-16).

Sendo assim, a título de compreensão geral da proposta, é possível pontuar que na primeira narrativa apresentada pela autora, tem-se a figura de Túlio, escravo negro, que salva a vida do jovem branco Tancredo e leva-o para a casa de Úrsula, quem trata dos seus ferimentos. Num segundo momento, Tancredo conta sobre suas lamúrias amorosas à protagonista e sobre como isso, até aquele momento, lhe causa sofrimento, contudo, já apresentando o caminho que será desbravado pelo enredo, cujo ápice é a consumação do amor de ambos, e vai sendo cultivado na trama. Por terceiro, há a imagem da mãe de Úrsula, dona Luísa B., que também tem uma história difícil, onde a pobreza, o abandono e a violência se fazem muito presentes, por meio da qual fica muito clara a força do patriarcado, especialmente quando narra o fato de seu casamento ter sido compulsório e contra a vontade de sua própria família. A quarta narrativa conta a história da negra Susana, como já foi supradiscutido: sua vida na África, sua condição de cativo e os abusos

sofridos por ela. A história se resolve com Úrsula perdendo seu grande amor, vítima de um assassinato, por parte de seu tio, irmão de sua mãe, que já havia cometido múltiplas violências contra a sua mãe, inclusive, e também por isso, impondo-lhe ao ostracismo pela sociedade tradicional escravocrata, sobretudo em decorrência dos prejuízos financeiros que lhe ocasionou, se vê apaixonado também pela sobrinha e não aceita seu casamento com seu grande amor: a típica e recorrente história da mulher objetificada e subalternizada às vontades masculinas, e quando a essas não se rende, tem seus sonhos e sua vida destruídos sem pesar ou conseqüências.

Acerca da construção dessas narrativas, Torodov teoriza muito bem sobre o processo criativo e como essas narrativas se encaixam e se tornam muito efetivas na consumação da proposta da autora de modo que:

O encaixe é uma explicitação da propriedade mais profunda de toda narrativa. Pois a narrativa encaixante é a narrativa de uma narrativa. Contando a história de uma outra narrativa, a primeira atinge seu tema essencialmente e ao mesmo tempo, se reflete nessa imagem de si mesma; a narrativa encaixada é ao mesmo tempo a imagem dessa grande narrativa abstrata da qual todas as outras são apenas partes ínfimas, e também da narrativa encaixante, que a precede diretamente. Ser a narrativa de uma narrativa é o destino de toda narrativa que se realiza através do encaixe. (TORODOV, 2004, p. 126)

Posteriormente, outras contribuições sinalizam para reviver as questões tratadas no romance de Reis. Assuntos como gênero e questões de classe são muito presentes no decorrer da narrativa que, além de darem um plano de fundo coerente à história, acabam por trazer o leitor à reflexão profunda e ao despertar para uma consciência de cultura a quem a lê. Essas marcas, inclusive, acabam sendo características que ensejam a originalidade da autora, sobretudo em relação à sua escrita e seus intuitos. Personagens negros de grandes qualidades, como a força interior e a capacidade para viver e superar os problemas sociais que estão inseridos, denotam uma serenidade que beira o virtuoso, mas sem perder o tom de resistência e denúncia próprios do romance:

- Que ventura! Então disse ele, erguendo as mãos aos céus – que ventura podê-lo salvar! [...] Esse beijo selou para sempre a mútua amizade que em seus peitos sentiam eles nascer e vigorar. As almas generosas são sempre irmãs. (REIS, 2004, p. 50)

Assim, a especificidade da narrativa não remete ao leitor somente os predicados dos personagens, mas também a sua consciência, deixando ainda mais evidente o posicionamento ideológico e político da autora, bem contrastante ao *status quo* da época. Ou seja, a trama vai muito além do enredo, pois ressalta e dá voz aos oprimidos, desconstrói simbolicamente o poder das grandes forças de dominação social daquele contexto, que, através de artifícios da literatura romântica, descentraliza e se distancia, no que diz respeito também à cultura, do que até então era norma, colocando em evidência todas essas questões e, ainda assim, sob a ótica da autoria de uma mulher identificada dentro desses grupos vítimas da opressão.

É genial e inovador porque, ainda que utilizando do idealismo amoroso do romantismo como instrumento para o desvio da atenção, não se deixa levar por essas manifestações ignorando ou dando menos enfoque às questões centrais da obra. Desde a escolha do próprio título, que é o nome de uma mulher, e protagonista do romance, Maria Firmina dos Reis se utiliza de truques e artimanhas textuais e de construção de narrativas para prender o leitor e encaminhá-lo ao que é seu verdadeiro objetivo: a problematização e a crítica social discreta e certa à estrutura social à qual era submetida: não só rompe com o tradicional, na sua literatura, na sua escrita, e na sua maneira de pensar, mas também em todos esses aspectos traz uma nova proposta de literatura, na sua escrita e nas suas reflexões.

4 OS (POSSÍVEIS) CONTRIBUTOS DE ÚRSULA PARA UMA NOVA PERSPECTIVA EM TORNO DA “ESCRavidÃO BENIGNA” NO BRASIL E SOBRE AS VIS PERMANÊNCIAS DO NOSSO PASSADO ESCRAVOCRATA NO TEMPO PRESENTE

Ao fazer uma breve revisão da bibliografia disponível sobre o estudo da escravidão no Brasil, o que se percebe é que muito raramente se encontra um

material cujo eixo central de análise seja também as relações de gênero. Um exemplo está num clássico da historiografia da escravidão brasileira, no livro *Casa Grande e Senzala* (2006), Gilberto Freyre, cuja primeira edição é de 1933, muito discutido e mais ainda criticado, mesmo que não explicitamente, o qual já deixa claro que as relações e imposições de gênero eram latentes dentro da constituição da sociedade tradicional do Brasil colônia, e diretamente ligadas ao sistema escravagista, onde se reporta à figura do homem branco sob o qual todo o restante da sociedade se estrutura e se submete: sua esposa, seus filhos, escravos, escravas e, como completa Albuquerque (2003), para além inclusive da mera constituição familiar: as relações de gênero entre homens e mulheres se encontram como as primeiras instâncias de poder na colônia. Por fim, ensaja Freyre, "a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo" (FREYRE, 2006, p. 44).

Outro exemplo, agora no que tange à narrativa literária, é a obra da historiadora Sandra Graham (2005), no seu livro *Caetana diz não*, que narra a história da protagonista, sujeita a toda uma estrutura de poder que vai desde o seu senhor até seu marido, também escravo, com o qual o casamento se deu de maneira compulsória.

É importante que se levante essa questão porque, desde muito antes dessas nuances sobre o funcionamento dos organismos sociais, tais matérias refletiram e ainda refletem nos dias de hoje. "*Refletiram*", porque sua repercussão e seu poder foram grandes, determinantes na estruturação de uma sociedade da época e nos ditames das relações entre seus indivíduos, componentes ao ponto de serem encontradas facilmente dentro da sua produção literária, como é o caso de *Úrsula*, que propõe uma concepção diferente e insurge frente à tradição dominante; e "*refletem*", porque, até os dias de hoje, mesmo após tantos processos e transformações históricas, ainda é possível encontrar resquícios, inclusive muito significativos, do regime escravocrata e das relações de poder pautadas no gênero com relação direta à cor na maneira como a sociedade brasileira contemporânea se pauta.

Nesses termos, o principal contributo de *Úrsula* é romper com as inverdades que, durante décadas, acolheram uma visão, de algum modo, romantizada acerca

da escravidão e da cordialidade brasileira. Por muito tempo, de fato, até a metade da década de 70 do século XX, propalou-se, em terras tupiniquins, que o brasileiro, particularmente o branco, descendente de europeu, era um homem cordial, o qual não tinha qualquer intento de promover prejuízos aos seus assemelhados, quais sejam, os índios e os negros. Não apenas isso, projetou-se uma inverdade de que aqui as três raças/etnias conviviam em franca harmonia, compartilhando, respeitosa, de suas culturas, religiões e ideologias. Ainda, espalhou-se a noção, que ganhou contornos e adornos idílicos, por seguidas gerações, de que a escravidão brasileira era, em alguma medida, benigna, porque promovia a conjugação de classes e raças. Para justificar tal afirmativa, tomava-se como exemplo os negros escravizados, destacando-se as mulheres, que, supostamente, colaboravam e faziam parte da casa grande, “de bom grado”, inclusive cedendo o seu leite e afeto maternos para os filhos dos seus senhores e, muitas vezes, os seus corpos para a reprodução forçada, leia-se, estupro, e miscigenação das raças.

Gradualmente, sobretudo, em razão de estudos científicos, inicialmente, marginais, mas, posteriormente, festejados e referenciados pelos meios acadêmicos, a exemplo das pesquisas desenvolvidas por Jacob Gorender, como *O escravismo colonial*; Darcy Ribeiro, principalmente no livro intitulado *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*, e; José de Souza Martins, no título *Fronreira: a degradação do outro nos confins do humano*, e, mais recentemente, nas obras urdidas por Jessé Souza, como *A Elite do Atraso*, e por Lilia Schwarcz, *Sobre o autoritarismo brasileiro*, foi sendo forjado um conjunto documental e bibliográfico que aponta para reconhecimentos históricos e sociológicos em sentido contrário aos propalados pelas teses da cordialidade e da “escravidão benigna” brasileiras.

Na realidade, conclui-se, por intermédio dessas obras, aliadas a relatos pessoais e provas documentais, o que Maria Firmina dos Reis já indicava explicitamente, em *Úrsula*, nos idos de 1859-1860, a saber: a escravidão, enquanto sistema deliberadamente violento e opressor, nada tinha de benigna, tampouco de cordial. Aquele era um sistema projetado para oprimir seres humanos, desde o momento do sequestro de homens, mulheres e crianças de suas terras de origem; passando pelo seu transporte marítimo assassino, em navios fétidos, repletos de doenças contagiosas e com parcas quantidades de alimentos, de onde somente

sobreviviam cerca de 60% dos embarcados; até a sua chegada no Brasil, quando, via de regra, eram separados de sua família, apartados de suas origens e negados ao direito basilar sobre os seus próprios corpos.

Nesse sentido, é importante frisar que os relatos insertos em *Úrsula* não são apenas de dor e de revolta, mas também podem ser caracterizados como uma denúncia histórica e corajosa, promovida pela própria voz dos vitimados, contra esse sistema que deliberadamente aniquilou vidas de seres humanos, por ele caracterizados como subalternos e, assim, justificados ao extermínio, inclusive, para alguns, no tempo presente.

Esse argumento resta comprovado, sobretudo, se analisados os números concernentes à violência contra negros, especialmente, jovens pobres, se física; e mulheres, se de ordem sexual. Dados do IPEA, referentes ao ano de 2017, dão conta que a cada 17 minutos é assassinado um jovem negro periférico. Porcentagem que foi ampliada, na última década, considerando-se o intervalo entre 2007 a 2017, em, pelo menos, 33% dos casos, a saber:

Homem jovem, solteiro, negro, com até sete anos de estudo e que esteja na rua nos meses mais quentes do ano entre 18h e 22h. Este é o perfil dos indivíduos com mais probabilidade de morte violenta intencional no Brasil. Os homicídios respondem por 59,1% dos óbitos de homens entre 15 a 19 anos no país. Apenas em 2017, 35.783 jovens de 15 a 29 anos foram mortos, uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens, recorde nos últimos 10 anos. (IPEA, 2017, *on-line*)

Por sua vez, no que diz respeito às mulheres, tal qual o denunciado por Maria Firmina dos Reis, em *Úrsula*, nos idos do século XIX, o quadro é severamente pior. Na atualidade, como antanho, as mulheres continuam sendo as maiores vítimas da violência, inclusive, a doméstica. As mulheres negras são as mais vitimadas por tal espécie de violência, alcançando o elevado percentual de 58,68%, conforme dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, referentes ao ano de 2015. De acordo com os números do IPEA, relativos ao ano de 2013, “[...] um terço dos feminicídios no Brasil acontecem dentro de cada das vítimas, das quais 61% são negras” (RIBEIRO, 2018, p.105). Nessa esteira, são também as

mulheres quem persistem na crista dos índices concernentes à violência sexual, a saber: “Mulheres correspondem a 89% das vítimas de violência sexual no Brasil. Entre 2001 e 2011, 50 mil mulheres foram assassinadas, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)” (SCHWARCZ, 2019, p. 184) No intervalo entre 2003 e 2013, o número específico de mulheres negras assassinadas cresceu 54%, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Em contrapartida, verificou-se que, durante o mesmo período pesquisado para as negras, o índice de feminicídios entre as mulheres brancas caiu 10%, provavelmente, em razão das campanhas - preventivas e repressivas - contra a violência estar mais vinculadas e direcionadas ao público beneficiado.

Como se não bastassem todos esses índices alarmantes pertinentes às mulheres, matéria recente publicada pela Folha São Paulo, na data de 10 de setembro do corrente, embasada no 13º Anuário de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, explicita que: “O Brasil registra mais de 180 estupros por dia, dos quais, mais da metade das vítimas correspondem a meninas de até 13 anos e três quartos conhecem agressor” (GOMES, 2019, *on-line*), o que reforça, infelizmente, a famigerada “cultura do estupro”, urdida ainda nos tempos coloniais, pelos senhores de terras, em face, principalmente, das mulheres negras, inclusive, as de tenra idade (SCHWARCZ, 2019, p. 189). Ainda, cumpre registrar que as mulheres negras são as mais atingidas pela violência obstétrica (65,4%) e persistem sendo, desde a época colonial, o grupo mais vitimado pela mortalidade materna (53,6%), consoante dados analisados pelo Ministério da Saúde e pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Observa-se, por intermédio dos números acima relacionados, que as matrizes coloniais de opressão e violência - física e simbólica - do patriarcado em face das mulheres, sobretudo se considerarmos as negras, persistem elevadas e, indubitavelmente, crônicas, nos/ para os tempos presentes. Não sem motivo: “[...] 85% das mulheres residentes nas grandes cidades brasileiras afirmam ter receito de sair de casa e sofrer uma agressão sexual” (SCHWARCZ, 2019, p. 192-193). Trazendo o olhar para interseccionalidade, verifica-se que, atualmente,

de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras – e periféricas. Os números também nos mostram que essa não é uma política aleatória, mas foi – e é – planejada e executada para a expurgação dos entendidos como indesejáveis pelo mercado, provavelmente, porque não produzem nem consomem o suficiente para ter acolhimento dentro da lógica pós-democrática (CASARA, 2017, p. 94). Particularmente, no caso das mulheres negras, há, pois, um sério agravante, qual seja, a objeção do sistema pela emancipação dos seus corpos, projetos e vidas, porque – direta ou indiretamente – significa a falência desse projeto que domina todos – e tudo - e não aceita a suplantação, por menor que seja, da sua lógica de sujeição.

Nesse contexto, é inequívoco afirmar que Maria Firmina dos Reis, por intermédio de *Úrsula*, deu o seu recado humanitário ao mundo colonial, expondo as dores e as angústias de sua gente, as quais eram também extensivas a muitas outras pessoas, inclusive as mais abastadas, com destaque para as mulheres, provocadas por um sistema, desde sempre, opressor e excludente. A agrura se dá, todavia, porque a sociedade de ontem, assim como a de hoje, não estava disposta a reinventar as suas estruturas, no intuito de refletir sobre e aportar meios para a construção da igualdade e do reconhecimento da dignidade de todo e qualquer ser humano, razão pela qual a sua mesquinhez ainda se reproduz e, infelizmente, teima em se projetar para o porvir.

5 CONCLUSÃO

Paulatinamente, a Literatura tem se revelado como uma ferramenta bastante eficaz para a compreensão da realidade relativa ao seu tempo: nas narrativas, ainda que fictícias, estão impressas concepções, opiniões, críticas e clamores, muitas vezes, incapazes de expressão, pelas vias ditas formais de diálogos e debates, seja por impedimento da repressão e/ou do silenciamento. A arte literária desce, assim, os degraus do lúdico, toca os pés no chão frio da realidade e assume o tom de revolta e de resistência, cotidianamente, obstaculizados pelas forças opressivas docilizadas no senso comum e na convivência.

Nesses termos, Maria Firmina dos Reis fez-se fruto, reflexo e reação ao seu tempo. É fruto porque, ainda que tenha conseguido com muito custo sobressaltar certos obstáculos que lhe foram impostos, seu trabalho caiu no esquecimento e na insignificância, por mais de um século, simplesmente por ela ser quem era, o que lhe engendrou parco reconhecimento, e para alguns, até mesmo, desdém, em seu tempo próprio. Tal fato é, pois, um reflexo, porque surge num contexto cujos obstáculos, não naturais, mas naturalizados, mesmo que sobressaídos, não deixaram de marcar a sua vida e moldá-la dentro do meio em que convivia: filha de escravos alforriados, não teve acesso à educação formal de qualidade, embora que disciplinada, não era benquista pela sociedade intelectual nem era vista com a estima que merecia. Mas, por fim, fez-se, acima de tudo, uma reação: porque usou de sua voz para denunciar as certezas instáveis do seu tempo, mesmo que não ouvida a contento. Deu humanidade aos que só valiam pela sua utilidade, deu voz aos que nunca, sequer, existiram; e suas ideias, dois séculos depois, não só são objeto de discussão como também perduram e se apresentam cada vez mais atuais e, lamentavelmente, estruturantes do Brasil nos tempos presentes.

Dessa maneira, *Ūrsula* se mostra como um romance à frente de seu tempo, revolucionário. Para além de sua contextualização, no que tange à própria produção: ser escrito por uma mulher negra, nordestina, sem acesso à educação formal de qualidade e filha de pais alforriados. Ademais, a concepção da realidade que a autora traz não só é inédita do ponto de vista histórico, mas também no que concerne aos seus aspectos sociais e às suas questões conjunturais, os quais, de forma sistemática e em tom de denúncia balizada, nunca antes haviam sido explorados na narrativa literária brasileira. A maneira como Maria Firmina dá vida e personalidade a figuras que, até então, foram invisibilizadas é, igualmente, decisiva para tornar *Ūrsula* um marco literário, e, talvez, a obra inaugural, na discussão de pautas, as quais, quando não, reiteradamente, banalizadas, eram inviabilizadas, em favorecimento dos grupos sociais, desde sempre, privilegiados. Ainda, é curial mencionar que as temáticas ali enfaticamente postas, a exemplo da escravidão nada benigna, das opressões de classes e da subalternização das mulheres, se tornaram,

no transcorrer das décadas, fundamentais para a compreensão do Brasil, de ontem e de sempre, sendo, desta feita, Maria Firmina dos Reis, em *Úrsula*, predecessora de muitos outros escritores engajados que lhe foram contemporâneos.

Por semelhante modo, deve ser pontuado que o tom abolicionista do romance fica evidente logo de início, já nas primeiras páginas do livro, por exemplo, quando a autora, ao narrar o episódio do escravo que salva o forasteiro branco, faz delongadas e profundas reflexões acerca da condição de escravo daquele homem negro que, ainda que sofrido, por todas as violências que a vida lhe impôs, não perde a sua condição de humano e os seus bons sentimentos de misericórdia, benevolência e empatia. Mesma característica é bem percebida quando narrada a história de mãe Susana: aqui já revivendo seu passado enquanto pessoa livre no grande continente berço da humanidade, chora seu cativo, sua labuta e como, dia após dia, pela lógica escravagista, foi deixando de ser pessoa para ser tornar mercadoria. Dentre outros relatos, Maria Firmina vai, discretamente e com elegância, entremeando o enredo com passagens que transitam entre a denúncia e a reflexão, presenteando, assim, o leitor com muito mais que uma mera narrativa romântica.

Outra questão bem abordada e denunciada diz respeito à estrutura patriarcal predominante na época: esse aspecto pode ser exemplificado pela relação entre o próprio Tancredo, sua mãe e o poder absoluto de seu pai. Este último que, não só exercendo autoridade absoluta sobre toda a sua família, na figura do grande patriarca, diante do óbito de sua esposa, vê com naturalidade uma relação amorosa com a sobrinha-enteada, outrora prometida ao seu filho. Mais um exemplo cristalino trazido na obra, e talvez o mais significativo nesse aspecto, é a situação que envolve a figura da mãe da protagonista, acamada doente e deixada perecer pelo irmão, em decorrência da não concordância deste com seu casamento, bem como o seu intento de poder sobre Úrsula, que resulta no final trágico da história. Tais fatos, quando conjugados, ensejam uma conclusão objetiva de como a autora usa da literatura para expor e denunciar essa estrutura violenta e opressora, sobretudo, em face das mulheres, infelizmente, ainda tão presente nos nossos dias, como exemplificado no terceiro tópico deste artigo.

Por tudo isso, constata-se que a obra é genial e inovadora, porque, ainda que utilizando do idealismo amoroso do romantismo como instrumental de desvio da atenção para os leitores menos acautelados, não se deixa levar por essas manifestações, apenas, mas centraliza o seu enfoque nas questões/denúncias que lhe são – efetivamente - centrais. Desde a escolha do próprio título, que é o nome de uma mulher, e protagonista do romance, Maria Firmina dos Reis se utiliza de truques e artimanhas textuais e de construção de narrativas para prender a atenção do leitor e encaminhá-lo ao que é o seu genuíno objetivo: a problematização e a crítica social discreta e certa à estrutura social à qual era submetida. Destarte, *Úrsula* não só rompe com o tradicional, na sua literatura, na sua escrita e na sua maneira de pensar, mas também em todos esses aspectos traz uma nova proposta de literatura humana, inclusiva e reflexiva – para o passado, presente e porvir.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino uma invenção do falo**. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

CASARA, Rubens R R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GOMES, Paulo. Brasil registra mais de 180 estupros por dia; número é o maior desde 2009. **Folha de São Paulo**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-mais-de-180-estupros-por-dia-numero-e-o-maior-desde-2009.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2019.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 5ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

GRAHAM, Sandra L. **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

"Úrsula": Possíveis Contributos para o Enfrentamento da Visão Consolidada de "Escravidão Benigna" e dos seus Consectários para o Brasil no Tempo Presente

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. **O negro e a mulher em Úrsula de Maria Firmina dos Reis**. Rio de Janeiro: Caetés, 2009.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil: A história não contada**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Stephanie. *Feminismo: um caminho longo à frente*. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política – a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2004.

AUTOR(A) CONVIDADO(A)